

MOVIMENTOS SOCIAIS E ESPAÇO URBANO

Nildo Viana¹

Resumo: Os movimentos sociais passaram a ser cada vez mais abordados como tema de pesquisa e análise nas ciências humanas. Isso tem a ver com as mutações sociais que ocorreram nas últimas décadas. Novos conflitos sociais, manifestações, protestos, mobilização, entre outros processos, emergiram além dos já existentes anteriormente. Já a partir da década de 1960, o espaço urbano se torna cada vez mais um lugar de conflitos e processos sociais complexos. Os problemas urbanos, tais como moradia, bens coletivos, entre diversos outros, especialmente nas periferias das grandes cidades, fizeram emergir o que se convencionou denominar “movimentos sociais urbanos”. O presente artigo visa discutir a relação entre movimentos sociais e espaço urbano. Para tanto, discute brevemente os conceitos de movimentos sociais e espaço urbano para posteriormente apresentar uma análise da relação entre ambos. Partindo da perspectiva segundo a qual o espaço urbano é um lugar de divisão social e que isso acaba gerando desigualdades e problemas sociais, compreende-se o que se denomina movimentos sociais urbanos ou movimentos populares urbanos como sendo caracterizado por ser composto pelas classes sociais desprivilegiadas e suas reivindicações serem de melhorias numa parte do espaço urbano, o que gera uma determinada relação com o estado. Nesse processo, ocorre um conflito de classes no qual se coloca, por um lado, as classes desprivilegiadas, e por outro o aparato estatal, representante da classe dominante.

Palavras-chave: Classes sociais, espaço urbano, classes desprivilegiadas, Estado, movimentos populares urbanos.

Social Movements and Urban Space

Abstract: Social movements have become increasingly addressed as the subject of research and analysis in the human sciences. This has to do with the social changes that have occurred in recent decades. New social conflicts, manifestations, protests, mobilization, among other processes, emerged addition to existing previously. Early as the 1960s, the urban space becomes more and more a place of conflict and complex social processes. Urban problems such as housing, collective goods, among many others, especially in the outskirts of large cities, have emerged the so-called “urban social movements”. This paper discusses the relationship between social movements and urban space. To do so, it briefly discusses the concepts of social movements and urban space to subsequently provide an analysis of the relationship between them. Starting from the view that the urban space is a place of social division that ends up creating inequalities and social problems, it is possible to understand what are commonly known as urban social movements and urban popular movements as being characterized by its constitution of

¹ Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Sociologia pela UnB. Contato eletrônico: nildoviana@ymail.com

underprivileged social classes and that their claims ask for improvements in a part of the urban space, which creates a certain relationship with the state. In this process, there is a class conflict where we have the underprivileged classes in one side and on the other the state apparatus, representative of the ruling class.

Keywords: Social Classes, Urban Space, Underprivileged Classes, State, Popular Urban Movements.

Introdução

Um tema que ganhou grande espaço nas ciências humanas nas últimas décadas é o dos movimentos sociais. As mudanças sociais que ocorrem no mundo nos últimos tempos mostram a emergência de novos conflitos sociais e processos de manifestações, protestos, lutas, sendo que uma parte da mobilização vem ocorrendo nas periferias das grandes cidades, bem como em outros locais relacionadas aqueles que possuem carência de moradia e bens coletivos em geral. Nesse contexto, a discussão sobre movimentos sociais e espaço urbano se torna não somente atual e relevante socialmente, mas também da perspectiva teórica, pois o processo explicativo desse fenômeno avançou mais ainda restam algumas dúvidas a serem esclarecidas.

Nesse sentido, será necessário retomar a discussão sobre espaço urbano, no sentido de esclarecer o significado desse termo em nossa abordagem, elemento fundamental para o passo seguinte de nosso trabalho. Na sequência, a abordagem dos movimentos sociais, tanto no nível geral quanto no mais específico que aborda sua relação com o espaço urbano, pois assim teremos condições de compreender a dinâmica dos movimentos sociais no espaço urbano e explicar suas razões e processos de luta. Por fim, a relação entre movimentos sociais e espaço urbano, no sentido de compreender como a estruturação do espaço urbano é elemento motivador da emergência de movimentos sociais e como isso está relacionado com a totalidade da sociedade capitalista e, ainda, a dinâmica e caráter do conflito por detrás de tal relação, o que nos remete também ao papel do Estado. Esse é o percurso que seguiremos aqui.

O Espaço Urbano

O espaço urbano pode ser compreendido sob diversas formas. No entanto, é preciso deixar claro a necessidade de evitar tanto a concepção empiricista quando a fetichista. A concepção empiricista do espaço concebe este como algo “dado” e tudo que

ocorre no lugar delimitado como urbano é uma questão espacial². Por outro lado, a concepção fetichista aponta para uma percepção do espaço urbano que o autonomiza, considerando-o gerador de relações sociais³.

O primeiro ponto que é necessário destacar é que o espaço (assim como tempo, direita, esquerda, acima, abaixo, causa, relação, etc.) é uma categoria do pensamento, não possuindo realidade concreta (VIANA, 2002). Esse, no entanto, não é o caso do termo “espaço urbano”, que é algo que existe concretamente. A categoria espaço é uma ferramenta intelectual que delimita um setor da realidade infinita. O acréscimo do “urbano” significa um referente material, ou seja, algo concreto, real. A delimitação do espaço, nesse caso, é o que se chama de “urbano”, ou “cidade”⁴.

A cidade é o meio ambiente urbano. Cidade e espaço urbano são, nesse sentido, sinônimos. O que caracteriza a cidade é o controle intensivo do ser humano sobre o meio ambiente. O rural convive com um controle ameno sobre o meio ambiente, embora cada vez mais intenso, o que o aproxima cada vez mais do urbano. Esse controle intensivo do ser humano sobre o meio ambiente pode ser visto na própria diminuição da natureza (árvores, plantas em geral, rios, etc., que só existem como apêndices e elementos secundários e controlados pelos seres humanos). Esse processo de controle intensivo sobre o meio ambiente é também uma forma de controle social, nas quais as relações sociais determinam a relação dos seres humanos com o meio ambiente e entre eles mesmos.

A cidade é, simultaneamente, um espaço físico (um lugar com localização determinadas e características específicas) e um espaço social (um lugar nos quais se estabelecem determinadas relações sociais que determinam a relação do ser humano com o meio ambiente urbano). Assim, podemos definir a cidade (ou espaço urbano) como um espaço delimitado marcado por determinadas relações sociais (classes, relações de

² A concepção empiricista de espaço urbano é bastante comum e se reproduz em inúmeros escritos. Um exemplo dessa concepção pode ser vista em (LIPIETZ, 1988) e uma crítica em Viana (2002).

³ O mesmo ocorre nesse caso e um exemplo de tal abordagem pode ser vista no determinismo geográfico, tal como descrito por Sodré (1987) e uma crítica em Viana (2002).

⁴ Não poderemos, no espaço do presente artigo, retomar a ampla discussão conceitual existente, desde aqueles textos que poderiam ser considerados “clássicos” (WIRTH, 1979; SIMMEL, 1979; WEBER, 1979; PARK, 1979), passando por autores diversos até chegar aos contemporâneos. Nem mesmo poderemos destacar os autores mais próximos de nossa concepção (HARVEY, 1980; LOJKINE, 1981; CASTELLS; 1988; LEFEBVRE, 1991; LEFEBVRE, 1999), por questão de espaço.

produção e distribuição), ampla divisão social do trabalho e controle intensivo sobre o meio ambiente (VIANA, 2002). Nesse sentido, ele é um espaço de dominação de classe⁵. Nesse sentido, é interessante destacar alguns dos aspectos desse processo de dominação.

A cidade é marcada pela divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho, por sua vez, é o elemento que define as classes sociais. A concepção clássica de classes sociais é a de Karl Marx. Segundo Marx, o modo de produção dominante constitui as duas classes sociais fundamentais, uma divisão social do trabalho que marca aqueles que produzem a riqueza e aqueles que apropriam dela, os responsáveis pelo trabalho e os que detêm a propriedade (MARX e ENGELS, 1991). Esse modo de produção gera atividades fixas para cada classe social, gerando um modo de vida comum, interesses comuns e luta comum contra outra classe⁶. O modo de produção dominante também gera um conjunto de relações sociais para sua reprodução, o que ele denominou, metaforicamente, como “superestrutura”, que pode gerar novas classes sociais. Além dessas classes (fundamentais e superestruturais) ainda existem as de modos de produção anteriores que podem sobreviver por algum tempo e as de modos de produção subordinados existentes no interior da sociedade comandada por um modo de produção dominante e a classe marginal (que fica à margem da divisão social do trabalho, como plebeus e lumpemproletariado, dependendo da sociedade).

No caso do capitalismo, especificamente, o processo geral é o mesmo⁷. O modo de produção capitalista gera as duas classes sociais fundamentais, a burguesia e o proletariado, as classes superestruturais (burocracia, intelectualidade, etc.), as classes de transição (modos de produção anteriores, que sobrevivem por algum tempo e depois desaparecem, como a nobreza), as classes vinculadas a outros modos de produção (camponeses, artesãos, etc.) e lumpemproletariado (VIANA, 2012).

⁵ Diversos autores, sob concepções diferentes, chegaram a tal conclusão, em várias ciências humanas, com destaque para a sociologia e a geografia (HARVEY, 1980; LOJKINE, 1981; CASTELLS, 1988; LEFEBVRE, 1991; LEFEBVRE, 1999; GOTTDIENER, 1997).

⁶ A teoria das classes sociais de Marx está espalhada em várias de suas obras (MARX, 1988; MARX e ENGELS, 1988; MARX, 1986). Uma síntese e análise pormenorizada de tal teoria podem ser vistas em Viana (2012).

⁷ Aqui não discutiremos as teses da existência de classes sociais apenas no capitalismo e atribuição dessa ideia a Marx, pois ela não corresponde aos escritos desse autor e já foram refutadas (VIANA, 2012).

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

Desta forma, é possível compreender que a divisão social do trabalho é específica em cada sociedade, gerando relações sociais específicas e classes sociais também peculiares e próprias de cada sociedade, de acordo com a determinação do modo de produção dominante. No caso do capitalismo, a divisão social do trabalho é específica e gera classes sociais específicas. A divisão social do trabalho no capitalismo é a mais ampla e complexa da história da humanidade. O modo de produção dominante, nesse caso, se caracteriza pela produção de mais-valor, o elemento que gera as duas classes sociais fundamentais, sendo que uma produz mais-valor (proletariado) e outra se apropria dele (burguesia). Esse processo gera a acumulação de capital e todo um conjunto de relações sociais derivadas, tal com as de distribuição e regularização, e tal acumulação, por sua vez, promove a expansão contínua das relações de produção capitalistas e sua universalização, gerando os processos cada vez mais intensos de mercantilização, burocratização e competição social.

É nesse contexto que podemos entender que a divisão social do trabalho se manifesta no espaço como divisão espacial do trabalho. A divisão capitalista do espaço urbano é uma reprodução da divisão social do trabalho acima resumida. A cidade é marcada por uma divisão social do trabalho: produção, distribuição, consumo, moradia, lazer. Cada vez mais especialização, que pode se manifestar através da centralização e hierarquia espacial ou através de policentrismo e periferias difusas. No modelo clássico, temos um centro e as periferias, bem como bairros nobres e bairros pobres. No modelo contemporâneo, ainda há elementos desse processo, mas a concentração das moradias pode ser policêntrica⁸, bem como outros aspectos da divisão social do trabalho⁹. Isso não retira a oposição hierárquica clássica entre centro e periferia, apenas a complexifica, mantendo um centro (tanto administrativo, como de concentração de bairros nobres) ao lado de uma ampla periferia como um policentrismo reticular.

Nesse sentido, os antigos problemas urbanos convivem com alguns novos. De qualquer forma, a questão da locomoção no espaço urbano, transporte coletivo, violência no trânsito, valorização do solo urbano (problema da habitação), segregação espacial,

⁸ A expansão de condomínios fechados nos últimos tempos aponta para uma sobreposição de bairros nobres e pobres numa mesma região ao invés de concentração dos mesmos em regiões diferentes da cidade.

⁹ A este respeito é possível consultar uma síntese com foco mais no processo de produção e não apenas urbano no artigo de Carmo (2008).

intervenção estatal, degradação ambiental continuam existindo e gerando inúmeros conflitos sociais. A divisão capitalista do espaço urbano ainda mantém seus processos centralizadores, agora com um centro principal e diversos centros periféricos (tanto no que se refere ao processo da habitação quanto ao da produção e administração). Um fenômeno amplo é o da favelização crescente, a qual, no início dos anos 2000, atingia 6% da população urbana nos países imperialistas (“desenvolvidos”) e 78% nos países capitalistas subordinados, um terço da população urbana mundial (DAVIS, 2006). Esse processo de favelização permite dizer que Los Angeles pode ser considerada hoje uma metrópole do 3º mundo e que Lima, capital do Peru, possui em seu espaço urbano 70% de favela.

Movimentos Populares Urbanos

Um dos problemas mais comuns na discussão sobre os movimentos sociais é o próprio conceito referente a esse fenômeno social. Uma extensa literatura produzida sobre os movimentos sociais não conseguiu avançar na constituição de um conceito que pudesse gerar seja um consenso, seja uma definição que se ajuste aos mais variados movimentos existentes. Talvez devido a isso, um conjunto de concepções sobre movimentos sociais não apresentam nem sequer uma tentativa de definição ou elaboração conceitual (GOHN, 2002). Dentro dos limites do presente artigo, não será possível apresentar um balanço dessa problemática e nem indicar as definições mais conhecida. O ponto de partida será a definição com a qual concordamos para, a partir daí, avançarmos na discussão sobre a relação entre movimentos sociais e espaço urbano.

Entendemos por movimentos sociais as mobilizações de grupos sociais marcados por senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social (VIANA, 2015a). Cada um desses elementos merece especificação, mas são suficientes para uma compreensão geral do fenômeno. Porém, os movimentos sociais não são homogêneos, tanto em sua composição social como em suas concepções, objetivos, etc. Nesse sentido, podemos destacar três variantes de movimentos sociais: os conservadores, que visam conservar ou retomar situações anteriores, os reformistas, que visam reformar ou realizar reivindicações no interior da sociedade atual, os revolucionários, que apontam para uma transformação radical da sociedade (VIANA, 2015a; JENSEN, 2014).

É no interior dos movimentos sociais reformistas que se localizam aqueles mais relacionados com a questão urbana. Os movimentos sociais reformistas, em sua maioria, possuem uma base social policlassista e uma hegemonia interna burguesa. No entanto, existem diferenças no seu interior e entre essas diferenças podemos expressar a existência do que foi chamado “movimentos sociais urbanos” ou “movimentos populares”. O que diferencia esses movimentos dos demais da variedade reformista? A sua base social é distinta, pois também pode ser policlassista, mas, nesse caso, as classes sociais que estão em sua base são as desprivilegiadas. O termo “classes sociais desprivilegiadas” expressa as classes sociais que em seu conjunto não possuem privilégios e sua situação social é de exploração, subordinação ou marginalização, incluindo proletários, subalternos, camponeses, artesãos, lumpemproletários, etc. Alguns destes movimentos podem ser monoclássistas, mas a classe social de base é uma das classes desprivilegiadas¹⁰. No caso daqueles que são policlassistas, é possível que algumas de suas ramificações sejam monoclássistas¹¹.

Na divisão do espaço urbano, as classes desprivilegiadas, em sua maior parte, são aquelas que vivem nos lugares com menor estrutura urbana, com mais difícil acesso aos bens coletivos, etc. Essa composição de classes de tais movimentos sociais, movidos geralmente por demandas e reivindicações relacionados com o espaço urbano (transporte coletivo, moradia, estrutura urbana, violência no trânsito, etc.), permite que sejam denominados “urbanos” ou “populares”. Isso gera um diferencial destes movimentos sociais em relação aos demais da variedade reformista, pois as reivindicações, exigências, ações, manifestam interesses antagônicos de classes sociais, mesmo que sem a consciência disso e sob forma moderada. A exigência de bens coletivos (equipamentos,

¹⁰ Esse é o caso do Movimento Piqueteiro na Argentina, formado por uma classe social específica, o lumpemproletariado (BRAGA, 2013).

¹¹ Partimos da distinção entre movimentos sociais e ramificações dos movimentos sociais (VIANA, 2015a). No primeiro caso, temos um grupo social de base que gera diversas mobilizações, organizações, representações, tendências, etc. e, no segundo caso, as ramificações que são esses aspectos derivados. Assim, o movimento negro nos Estados Unidos gerou um conjunto de concepções, organizações, etc., e os Panteras Negras, por exemplo, era uma ramificação do movimento negro, bem como o grupo ligado a Martin Luther King, sendo outra ramificação. O conceito de ramificação permite entender a dinâmica dos movimentos sociais, suas divisões e divergências internas, as organizações derivadas deles, entre outros fenômenos. No caso de um movimento social urbano como o de usuários do transporte coletivo, ele é policlassista, mas pode ter em determinado bairro ou região da cidade, uma ramificação (organização, grupo, etc.) que é monoclássista.

estrutura, etc.), a ocupação de prédios, terrenos, etc., a reivindicação de transporte coletivo melhor e mais barato, atentam diretamente contra os interesses da classe capitalista, globalmente ou setorialmente. Essas ações e reivindicações colocam em questão a gestão do espaço urbano por parte do aparato estatal, questiona a propriedade de determinados bens imóveis, exige mais gastos do Estado ou menor lucro para o capital privado que explora serviços urbanos como o transporte coletivo.

Esses movimentos sociais foram denominados como “urbanos” (LOJKINE, 1981; CASTELLS, 1988; BORJA, 1975) e também como “movimentos populares” (SEOANE, TADDEI e ALGRANATI, 2006). Consideramos que o conceito de movimentos sociais populares é mais amplo do que o de movimentos sociais urbanos. Os movimentos sociais urbanos são populares, pelo motivo acima aludido, já que são compostos por classes sociais desprivilegiadas. No entanto, existem movimentos sociais rurais que também são populares e compostos por classes sociais desprivilegiadas, bem como os de usuários de serviços estatais (“públicos”), que não se encaixam em nenhum dos dois, por que suas reivindicações são voltadas para serviços de saúde, educação e segurança, fornecidos pelo Estado. Por isso podemos distinguir entre movimentos sociais populares urbanos, rurais e de usuários. O nosso foco aqui é, portanto, os movimentos sociais populares urbanos, que doravante chamaremos de movimentos populares urbanos ou movimentos sociais urbanos.

O desenvolvimento dos movimentos populares urbanos ocorre num determinado contexto histórico, depois de 1945, no qual a divisão capitalista do espaço gerou novos problemas urbanos e, ao mesmo tempo, as lutas operárias regrediram, o que gerou a ideologia da integração do proletariado no capitalismo¹². A partir da nova fase do capitalismo, a do capitalismo oligopolista transnacional, que emerge após a Segunda Guerra Mundial, ocorre um forte crescimento das lutas urbanas, tanto na Europa quanto na América Latina, bem como em outras regiões, geralmente com menor intensidade. Esse processo se amplia e se intensifica com a passagem para um novo regime de

¹² Vários autores defenderam tal tese, tais como Marcuse (1981), Bon e Burnier (1975), Mallet (1969). Para uma crítica, veja Viana (2012).

CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

acumulação que instaura o capitalismo neoliberal a partir dos anos 1980¹³. É nesse contexto que se amplia a favelização, que se avolumam os problemas urbanos, entre outros processos.

Movimentos populares e Lutas urbanas

É neste contexto que podemos analisar o desenvolvimento das lutas dos movimentos populares urbanos. Antes de analisar a dinâmica específica de tais movimentos, é interessante recuperar algumas das principais análises dos movimentos sociais urbanos.

Alguns dos principais pesquisadores dos movimentos sociais urbanos apresentaram análises no âmbito de uma concepção histórico-estruturalista¹⁴, supostamente marxista, que tematizam a questão urbana e as lutas sociais no espaço urbano, relacionando com outros temas de origem marxista, como contradições sociais, políticas estatais, consumo coletivo, etc. Um dos autores mais importantes nessa linha foi Castells (1988; 1989). Ele focalizou sua concepção na questão do consumo coletivo, considerando o espaço urbano como o lugar da reprodução da força de trabalho. Desta forma, as lutas urbanas seriam voltadas para esse processo reprodutivo que remete ao consumo coletivo. Lojkine, outro representante do estruturalismo histórico, realizaria a crítica dessa concepção, por realizar um corte entre o econômico e o social, entre outros aspectos. A questão central da crítica de Lojkine a Castells é a redução do problema urbano ao processo de reprodução da força de trabalho. Os dois autores entrariam num debate que apontaria para algumas questões políticas derivadas, que é não nosso foco aqui. Lojkine enfatizava o aspecto política, a luta de classes as políticas estatais e aponta para a ideia de que os movimentos sociais urbanos teriam o potencial de decompor a hegemonia dominante, gerando uma nova hegemonia, sendo expressão mais alta da luta de classes, mas, retomando a concepção leninista, necessitaria de um partido de classe (1981).

¹³ Sobre a teoria dos regimes de acumulação e sua sucessão histórica é possível consultar Viana (2009). Outros autores e concepções usaram, de forma mais ou menos diferenciada, o termo regime de acumulação (HARVEY, 1992; LIEPITZ, 1988).

¹⁴ Denominamos concepção histórico-estruturalista ou estruturalismo histórico a tendência inaugurada por Louis Althusser, na França, que buscava unir a corrente estruturalista hegemônica (a partir de Lévi-Strauss) com o leninismo.

Castells refuta Lojkin afirmando que o Estado apenas reproduz as contradições do desequilíbrio entre oferta e procura, tendo a função de dar coesão social e integrar conflitos, sendo árbitro. Os movimentos sociais urbanos seriam os impulsionadores da mudança e inovação na cidade (GOHN, 2002). Segundo Castells, “não há mudanças significativas na estrutura urbana sem articulação com movimento operário” e luta de classes (GOHN, 2002)¹⁵. As posições do estruturalismo histórico convergem em alguns pontos e divergem em outros, especialmente no caso destes dois autores. Consideramos que estas e outras abordagens semelhantes dos movimentos sociais urbanos (BORJA, 1975; MONTANO e DURIGUETTO, 2011) são interessantes e abarcam aspectos importantes das lutas urbanas, mas são limitados conceitualmente e sua capacidade explicativa é restrita, o que é derivado de suas concepções metodológicas e políticas¹⁶.

Depois desse breve resumo da concepção histórico-estruturalista¹⁷, podemos passar para a análise dialética dos movimentos sociais. A base metodológica da análise é o método dialético e assim a compreensão dos movimentos sociais é realizada numa perspectiva crítica e histórica, bem como buscando perceber a especificidade de cada movimento. No caso, o nosso foco a partir de agora é a especificidade dos movimentos sociais chamados de “urbanos”.

Esses movimentos possuem uma dinâmica específica que lhes distingue de outros movimentos sociais. Em primeiro lugar, a sua composição social lhe permite menos acesso a recursos, elemento necessário para maior eficácia na luta¹⁸. Para efetivar manifestações, pressões, protestos, aparecer nos meios oligopolistas de comunicação,

¹⁵ Gohn aponta uma mudança no pensamento de Castells, que teria se aproximado de uma concepção mais culturalista (próxima de Touraine) a partir dos anos 1980. Mais recentemente, Castells passou a realizar novas discussões, sendo que ultimamente tematizou os movimentos sociais e sua relação com as redes sociais e a internet (CASTELLS, 2013), se afastando da discussão anterior sobre movimentos sociais urbanos.

¹⁶ O estruturalismo histórico é um obstáculo por suas dificuldades de se remeter à realidade concreta e ficar preso num modelo interpretativo e o leninismo por seu vanguardismo e dirigismo que analisa os movimentos populares recusando sua autonomia e, em certos casos, atribuindo a eles o papel de mera correia de transmissão do partido.

¹⁷ A análise dos movimentos sociais urbanos é realizada, em menor quantidade, por algumas outras abordagens, que, por questão de espaço, não poderemos abordar aqui, mas é possível ver uma síntese em algumas obras (GOHN, 2002; SANTOS, 2008).

¹⁸ A chamada “teoria da mobilização de recursos” contribui ao apontar para a importância dos recursos (ALONSO, 2009; GOHN, 2002). No entanto, ao deixar de lado diversos outros aspectos relacionados aos movimentos sociais, acaba sendo limitado e problemático (VIANA, 2015a).

gerar uma corrente de opinião favorável, etc., é necessário recursos financeiros. Da mesma forma, a bagagem cultural, ou “capital cultural”, para utilizar expressão de Bourdieu (2001), dos integrantes é menor, o que significa que seus recursos intelectuais e humanos são mais precários do que o de outros movimentos sociais.

Em segundo lugar, as demandas são bastante variadas e algumas podem ser atendidas parcialmente, mesmo que de forma insatisfatória. Assim, o fortalecimento do movimento pode gerar tanto a repressão (o que é constante em certos países no caso da luta por moradia quando há ocupação) quanto assentamentos em lugares afastados e sem estrutura urbana, o que dá margem para nova luta, agora pelos bens coletivos. O caso do transporte coletivo é outro exemplo, pois o aparato estatal pode congelar os preços das passagens ou evitar aumentos que, mais cedo ou mais tarde, acaba ocorrendo. Isso geralmente provoca, igualmente, o retorno da mobilização em torno do transporte coletivo.

Em terceiro lugar, a dinâmica dos movimentos populares urbanos é derivada do processo de acumulação de capital (“crescimento econômico”), pois em períodos de ascensão e estabilidade do ritmo da acumulação, os problemas urbanos ficam igualmente estabilizados e alguns são amenizados temporariamente, mas em períodos de declínio do ritmo de acumulação, as classes desprivilegiadas são as mais atingidas financeiramente e assim aumentam as demandas urbanas e ao mesmo tempo o atendimento delas fica dificultado, além da ampliação dos problemas urbanos devido à precarização dos mesmos quando não ocorre tal manutenção.

Assim, é possível perceber que em cada regime de acumulação estabelecido há uma dinâmica de lutas sociais e que o ciclo dos regimes de acumulação acaba interferindo na dinâmica dos movimentos populares urbanos. Isso ocorre devido às mudanças nas políticas estatais, por um lado, e na deterioração da estrutura urbana, por outra, que ocorrem quando um regime de acumulação entra num ciclo de desestabilização ou crise. A relação do Estado com os movimentos sociais tende a se alterar, e, no caso específico dos movimentos populares urbanos, o confronto e oposição tende a se tornar mais aberto.

Da mesma forma, a hegemonia tende a se enfraquecer, abrindo possibilidades de novas ideias, concepções e orientação para os movimentos populares urbanos, gerando uma possibilidade de radicalização. Nesse momento, as relações sociais apontam para o

conflito mais intenso, o que torna o movimento social mais permeável em relação às ideias e concepções mais radicais. Isso, uma vez ocorrendo, fornece mais um elemento para a radicalização. A ação estatal, nesse contexto, pode ampliar a repressão ou tentar unir processo de cooptação de militantes e promessas que dificilmente serão cumpridas sem a superação do problema da acumulação de capital. Outra possibilidade é a mudança do regime de acumulação e a solução da crise, o que marca a possibilidade de volta à estabilidade e recuo dos movimentos populares urbanos.

Desta forma, há um entrelaçamento entre situação de classe e situação espacial. As classes sociais desprivilegiadas possuem uma situação espacial desfavorável e por isso os ciclos dos regimes de acumulação lhes atingem mais intensamente do que outras classes sociais. Nesse contexto, os movimentos populares urbanos estão relacionados com esse processo dinâmico e a situação espacial inserida na totalidade do espaço urbano.

Nesse caso, temos um processo de luta de classes que aparentemente é apenas uma oposição entre sociedade civil e aparato estatal. Essa aparência revela um processo no qual as representações cotidianas e as produções ideológicas não conseguem ultrapassar. Não se trata de uma oposição da totalidade da sociedade em relação ao aparato estatal. É uma parte da sociedade civil, a que se aglutina nos movimentos populares urbanos. No entanto, os movimentos populares urbanos são compostos pelas classes desprivilegiadas, mas não elas em sua totalidade. Alguns setores das classes desprivilegiadas não possuem problemas de moradia, outros setores não possuem grandes exigências em matérias de estrutura urbana, etc. Logo, os movimentos populares urbanos são compostos pelas classes privilegiadas, mas não são elas e nem abarcam todas elas.

Contudo, por ser composto por tais classes, manifestam interesses de classes, mesmo que na maioria dos casos imediatos, e por isso expressam uma forma de luta das classes desprivilegiadas. Essa luta se dá, fundamentalmente, direcionada ao Estado. Isso se deve ao fato de que cabe a este proporcionar os bens coletivos e, por conseguinte, atender as reivindicações dos movimentos populares urbanos. Nesse caso, temos mais um elemento para reforçar a aparência de que não se trata de luta de classes. O Estado seria neutro, o “bem público”, e por isso as demandas dos movimentos populares urbanos não significaria conflito de classes.

No entanto, o aparato estatal está a serviço do capital, pois cria as condições para o processo de relações de reprodução das relações de produção capitalistas e da acumulação capitalista, bem como exercendo a repressão social sobre os movimentos sociais contestadores e populares, entre outras ações. As políticas estatais são no sentido de reproduzir as condições de reprodução do capital (VIANA, 2015b) e por isso manifesta também a luta de classes.

O caso das manifestações populares no Brasil de 2013, o que se observou foi justamente um processo derivado de uma questão urbana (reivindicações em relação ao precário transporte coletivo e preço das passagens) realizado pelo movimento estudantil, que acabou gerando amplas manifestações, atingindo outras reivindicações, inclusive urbanas¹⁹. Esse é apenas um exemplo recente. Milhares de outros exemplos, de menor proporção, poderiam ser citados, tanto no Brasil e na América Latina em geral, como também de forma ampliada nos Estados Unidos e Europa.

Aqui se contrapõe não o proletariado e a burguesia e sim setores das classes desprivilegiadas, incluindo proletários, e o aparato estatal, representante da classe burguesa. Uma luta cuja radicalidade pode ser maior ou menor, mas que se realiza tendo por base os interesses de classe e o antagonismo entre eles. É nesse jogo de interesses de classes antagônicas, que envolve as duas classes fundamentais mas também as demais que se vinculam a uma ou outra, que se pode compreender a dinâmica dos movimentos populares urbanos.

Considerações finais

O nosso trajeto foi partir de uma discussão teórica e conceitual sobre espaço urbano e movimentos sociais urbanos para analisar a dinâmica destes últimos. O espaço urbano, como lugar de segregação, desigualdade, conflito, necessidades não atendidas, que manifestam a divisão espacial como forma reprodutora da divisão social do trabalho, é um elemento fundamental para possibilitar a explicação dos movimentos populares urbanos.

Os movimentos sociais são um fenômeno complexo e multifacetado e nos limitamos a fazer alguns apontamentos, cujo desenvolvimento e aprofundamento pode

¹⁹ Veja as análises em Viana (2013a), Viana (2013b), Marques (2013), Maia (2013), Davis (2013). Esse último autor realiza uma análise mais geral e sem vínculo direto com as referidas manifestações.

CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

ser visto em outras obras específicas sobre este tema (VIANA, 2015; JENSEN, 2014), já que nosso foco era o que se convencionou chamar movimentos sociais urbanos. Dedicamos uma discussão conceitual e uma breve referência a algumas abordagens para, posteriormente, analisar a dinâmica do que denominamos movimentos populares urbanos.

Assim, a análise dos movimentos populares urbanos remete ao problema do espaço urbano, mas também ao problema do Estado e das políticas estatais, por um lado, e das classes desprivilegiadas e movimentos populares urbanos, com suas reivindicações, por outro. Nesse processo analítico apontamos que os conflitos de classes se manifestam através das lutas dos movimentos populares urbanos, sob forma oculta, já que somente em momentos de radicalidade é que o questionamento vai além das reivindicações e se aponta para a proposta de transformação social.

Desta forma, concluímos o presente artigo com a certeza de que as reflexões aqui começadas abrem caminho para desdobramentos e, ao mesmo tempo, fornecem algumas ferramentas para se pensar as lutas urbanas e, especialmente, para compreender os movimentos populares urbanos.

Referências

- ALONSO, Ângela. (2009). *As Teorias dos Movimentos Sociais: Um balanço do debate. Lua Nova*, num. 76.
- BON, Frederic e BURNIER, M-A. (1975). *Classe Operária e Revolução*. Lisboa: Edições 70.
- BORJA, Jordi. (1975). *Movimentos Sociais Urbanos*. Buenos Aires: Nueva Vision.
- BOURDIEU, Pierre. (2001). *Escritos de educação*. 3ª edição, Petrópolis: Vozes.
- BRAGA, Lisandro. (2013). *Classe em Farrapos. Acumulação Integral e Expansão do Lumpemproletariado*. São Carlos: Pedro e João Editores.
- CARMO, Renato Miguel. (2008). Da escala ao território: para uma reflexão crítica do policentrismo. *Análise Social*, vol. XLIII (4.º), 2008, 775-793.
- CASTELLS, M. (1989). *Cidade, Democracia e Socialismo*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- CASTELLS, M. (1988). *Movimientos Sociales Urbanos*. 10ª edição, México, Siglo XXI,

CASTELLS, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança*. Movimentos Sociais na Era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar.

DAVIS, Mike. (2013). Estrada de Metal Pesado. In: MARICATO, Emília (org.). *Cidades Rebeldes*. Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo.

DAVIS, Mike. (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

GOHN, Maria da Glória. (2002). *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 3ª edição, São Paulo, Edições Loyola.

GOTTDIENER, M. (1997). *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp.

HARVEY, David. (1980). *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec.

HARVEY, David. (1992). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

JENSEN, Karl. (2014). *Teses Sobre os Movimentos Sociais*. *Revista Marxismo e Autogestão*. Vol. 01, num. 01, jan./jun. de 2014.

LEFEBVRE, Henri. (1999). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

LEFEBVRE, Henri. (1991). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes.

LIPIETZ, A. (1988). *O Capital e Seu Espaço*. São Paulo: Nobel.

LOJKINE, J. (1981). *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

MAIA, Lucas. (2013). Para Além dos Protestos. *Enfrentamento*. Ano 8, num. 13, jan./jun. de 2013.

MALLET, Serge. (1969). *La Nueva Condicion Obrera*. Madrid: Tecnos.

MARCUSE, Herbert. (1971). *Ideias Sobre Uma Teoria Crítica da Sociedade*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar.

MARQUES, Edmilson. (2013). A Espontaneidade das Manifestações. *Enfrentamento*. Ano 8, num. 13, jan./jun. de 2013.

MARX, K. e ENGELS, F. (1991). *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª edição, São Paulo, Hucitec.

MARX, K. (1988). *O Capital*. Vol. 1. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1988). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes.
- MARX, Karl. (1986). *O Dezoito Brumário e Cartas A Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MONTANO, Carlos e Duriguetto, Maria Lúcia. (2011). *Estado, Classe e Movimento Social*. 2ª edição, São Paulo: Cortez.
- PARK, R. E. (1979). A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: Velho, O. G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Zahar.
- SANTOS, Regina Bega. (2008). *Movimentos Sociais Urbanos*. São Paulo: Unesp.
- SEOANE, José; TADDEI, Emilio e ALGRANATI, Clara. (2006). Las Nuevas Configuraciones de los Movimientos Populares en América Latina. In: Boron, Atilio e Lechini, Gladys. *Política y Movimientos Sociales en un Mundo Hegemônico*. Buenos Aires: Clacso.
- SIMMEL, G. (1979). A Metrópole e a Vida Mental. In: Velho, O. G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SODRÉ, N. W. (1987). *Introdução à Geografia*. 6ª edição, Petrópolis: Vozes.
- VIANA, Nildo. (2012). *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess.
- VIANA, Nildo. (2015). *Estado, Democracia e Cidadania*. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma.
- VIANA, Nildo. (2013b). Manifestações Populares e Luta de Classes. *Enfrentamento*. Ano 8, num. 13, jan./jun. de 2013b.
- VIANA, Nildo. (2016). *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas.
- VIANA, Nildo. (2009). *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Ideias e Letras.
- VIANA, Nildo. (2002). *Violência Urbana: A Cidade como Espaço Gerador de Violência*. Goiânia: Edições Germinal.
- VIANA, Nildo. (2009). Da ocupação das ruas à ocupação da vida: uma análise das manifestações populares no Brasil atual. *Territorial – Caderno Eletrônico de Textos*, Vol.3, n 1, 20 de junho de 2013.

WEBER, M. (1979). Conceito e Categorias da Cidade. In: Velho, O. G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Zahar.

WIRTH, L. (1979). O Urbanismo Como Modo de Vida. In: Velho, O. G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Zahar.